

**José Carlos
Sebe Bom Meihy**

Lobato e seu tempo

**Eugenia e racismo no livro
*O Presidente Negro***

José Carlos Sebe Bom Meihy

Lobato e seu tempo

Eugenia e racismo no
livro *O Presidente Negro*

Copyright © 2026 José Carlos Sebe Bom Meihy
Direitos adquiridos para esta edição
pela Editora Pontocom

Preparação: Sérgio Holanda
Revisão e diagramação: André Gattaz
Desenho da capa: Helena Philip

Editora Pontocom

Conselho Editorial

José Carlos Sebe Bom Meihy

Muniz Ferreira

Pablo Iglesias Magalhães

Zeila de Brito Fabri Demartini

Zilda Márcia Grícoli Iokoi

www.editorapontocom.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Meihy, José Carlos Sebe Bom

Lobato e seu tempo : Eugenia e racismo no livro
O presidente negro / José Carlos Sebe Bom Meihy. --
São Paulo, SP : Editora Pontocom, 2026.

ISBN 978-65-89496-26-7

1. Análise literária 2. Escritores brasileiros
3. Lobato, Monteiro, 1882-1948 - Crítica e
interpretação 4. Racismo - Aspectos sociais
I. Título.

26-349572.0

CDD-801.95

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise literária 801.95

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Apresentação mais que necessária	7
Parte I	
Começando a festa	11
Um livro de ocasião sob o peso do tempo	13
O grito de guerra e seus ecos	15
O silêncio de 1945 e suas consequências	16
O pêndulo e seus dois extremos	18
Parte II	
O choque que não acabou	21
De Taubaté o caminho do romance	23
O folhetim, o projeto e radicalização de 1926	24
Tensões institucionais: a ABL, Vargas e Petróleo	28
Recepção, ambiguidade e o problema metodológico	29
Modulações, anacronismo e o centenário exigente	33
Considerações finais	37
Referências	38
Parte III	
O choque das raças	41
Ato I - A Salvação (Rio de Janeiro, 1925-1926)	45
Ato II - O Novo Mundo (Nova York, 1927-1930)	50
Ato III - O choque ainda dura (Brasil, 2008 e o presente)	54

Agradecimento especial:*Alessandro Ferreira dos Santos**Amanda Birbeire dos Santos**Egydio Coelho**Fábio Luiz de Alvarenga**Guisseppina Pace Pereira Lima**Maria Cristina Lopes**Laura de Cássia Lopes Carvalho**Luiz Claudio Alves Viana**Osni Lourenço Cruz**Plinio de Oliveira Macedo Junior**Rodrigo de Paula**Vitor Hugo de Paula****Apadrinham este texto:****Ana Laura Camargo e Luciano Romeiro Dinamarco****Para Robert M. Levine****Nossas conversas não acabaram. Continuam nestas páginas*

Apresentação mais que necessária

O livro *O Presidente Negro*, de Monteiro Lobato, completa cem anos em 2026. Publicado em 1926 num contexto de crise editorial aguda – Lobato estava falido, escrevia para sobreviver e sonhava com o mercado americano –, o romance teve recepção modesta e logo caiu em um silêncio que dizia menos sobre o livro do que sobre o desconforto que ele provocava. A crítica literária nunca o elevou ao cânone, e poucos historiadores o consideraram um documento valioso. O público o recebeu com curiosidade distante. E, no entanto, o livro nunca desapareceu de vez: repontava, periodicamente, com uma persistência que os grandes romances brasileiros raramente alcançam. Essa persistência não é estética. É política. É histórica. É, sobretudo, sintomática.

Vale lembrar que o debate em torno do racismo de Lobato não nasceu em 2008. O movimento negro brasileiro – cujas raízes fundantes remontam ao Teatro Experimental do Negro, criado por Abdias do Nascimento em 1958, e ao Movimento Negro Unificado, proposto em 1978 – vinha há décadas denunciando o racismo presente tanto nas obras infantis quanto no único romance adulto do autor.

Foi a eleição de Barack Obama nos Estados Unidos, porém, que devolveu *O Presidente Negro* às prateleiras e às manchetes, por razões que pouco tinham a ver com essa tradição crítica. A Editora Globo relançou o romance aproveitando a coincidência histórica, e boa parte do público – encantada com o aspecto “profético” de Lobato ao imaginar a eleição de um presidente negro oito décadas antes – leu o livro sem perceber que a narrativa terminava com a supressão reprodutiva dessa mesma população,

apresentada não como distopia a evitar, mas como solução eficiente. A eleição de Obama não criou o debate: reacendeu-o sob um enquadramento que, ao celebrar o futurismo do autor, acabou por obscurecer o que o livro de fato propõe. O movimento negro, que já conhecia o problema, viu sua crítica de longa data ser repaginada como novidade – e, nesse processo, nem sempre o argumento mais rigoroso foi o que prevaleceu. *O Presidente Negro* acumulou polêmicas que, em vez de esclarecer os temas que a obra contém, acabaram por amplificá-los sem iluminá-los.

O racismo de Lobato foi denunciado com energia. O eugenismo que o estruturava – e que conectava o autor a um campo intelectual vastíssimo, partilhado por médicos, juristas, educadores, parlamentares e religiosos – raramente entrou na discussão. Criticou-se o sintoma com vigor; a doença que o produzia continuou sem nome.

Este conjunto de escritos é uma tentativa de oferecer outro tratamento a essa obra e à sua recepção. Parte de uma hipótese que parece simples, mas é plena de consequências: não é possível compreender o racismo de Lobato sem compreender o eugenismo que o fundamentava, e não é possível compreender esse eugenismo sem reconhecer que ele era, na Primeira República brasileira, não um desvio excêntrico, mas o tom científico e político de uma época inteira. Universidades o ensinavam. Parlamentos o legislavam. Academias o celebravam. Jornais de grande circulação o divulgavam. E a Constituição de 1934 – a mesma que, pela primeira vez na história brasileira, garantia formalmente a educação para todos os cidadãos – inscreveu o eugenismo em seu artigo 138, determinando que incumbia à União, aos Estados e aos Municípios “estimular a educação eugênica”. Não era nota de rodapé nem concessão retórica a um grupo excêntrico: era política de Estado, aprovada por uma Assembleia Constituinte que se apresentava ao mundo como fundadora de um regime democrático. O mesmo texto que proclamava direitos universais ordenava, na mesma página, o melhoramento racial da

população. Essa contradição não é acidental. É a chave para entender por que o racismo brasileiro levou tanto tempo para ser nomeado pelo que era – e porque ainda resiste a sê-lo.

Após 1945 e a derrota do nazismo, tornou-se insustentável reivindicar, nos países democráticos, ideias que até então circulavam com respeitabilidade acadêmica e institucional. Instaurou-se então um silêncio historiográfico sobre o eugenismo: em vez de uma revisão crítica, houve um pacto tácito de esquecimento: intelectuais, instituições e governos que defendiam o eugenismo como ciência moderna simplesmente deixaram de mencionar o assunto.

As consequências desse apagamento chegaram até nós, pois separado do eugenismo que o estruturava, o debate sobre o racismo brasileiro perdeu sua chave histórica, reduzindo-se com frequência a disputas sobre intenções individuais, em vez de enfrentar a questão mais ampla: como foi possível que um país inteiro, suas universidades, seus parlamentos, suas academias e seus jornais, tenham encontrado na gestão científica das populações uma resposta moderna para o problema da nação? Essa pergunta não tem como resposta um nome próprio. Tem como resposta uma época, um sistema de ideias e um silêncio que durou décadas.

É com o propósito de contribuir para desfazê-lo que este volume se organiza, além desta *Apresentação mais que necessária*, em três partes que se complementam. A primeira parte, *Começando a festa*, é um escrito que contextualiza o livro *O Presidente Negro* em seu tempo, reconstrói as circunstâncias de seu nascimento e mapeia a trajetória tortuosa de sua recepção ao longo de cem anos.

A segunda parte, *O choque que não acabou*, é um ensaio crítico que, pelo viés do historiador, examina o eugenismo como chave estrutural para compreender não apenas Lobato, mas o Brasil que o produziu, que o celebrou e que depois preferiu esquecê-lo – sem reduzir o autor a um rótulo nem o absolver com o argumento do contexto, mas situando-o num campo intelectual plausível e documentado.

A terceira parte, *O choque das raças*, serve de base para uma peça teatral: aposta de que o debate, quando levado ao palco, alcança dimensões que o ensaio acadêmico poucas vezes consegue tocar, e que uma nova geração precisa encontrar na história não apenas informação, mas experiência. A peça não ilustra o romance nem resolve o debate sobre Lobato: habita suas contradições, dá voz a quem a historiografia tradicional silenciou e devolve ao presente um livro que o Brasil preferiu, por muito tempo, fingir que não havia escrito.

Parte I

Começando a festa

O livro de Lobato sintetiza um pensamento racista dominante na época, mas muitas vezes escondido em malabarismos retóricos. É um material indispensável para entender o pensamento racista que permeava a sociedade brasileira no início do século XX.

Edgar Indalécio Smaniotto, 2018.

Um livro de ocasião sob o peso do tempo

Há livros que a história preserva pela grandeza. Há livros que a história preserva pelo escândalo. E há livros que a história preserva porque, a despeito de tudo – da qualidade literária discutível, da intenção comprometida, do fracasso comercial e até da má-fé de parte dos que os criticam –, continuam fazendo perguntas que ninguém consegue responder com conforto ou segurança. *O Presidente Negro*, de Monteiro Lobato, publicado em 1926, pertence a essa terceira e mais incômoda categoria. Cem anos depois, o romance volta à cena crítica não porque envelheceu bem. Retorna porque o Brasil envelheceu mal, e porque as questões que o livro carrega, não resolvidas em 1926, continuam abertas, assumidas sob novas linguagens e novos confrontos, esperando uma geração disposta a encará-las com a seriedade e a instrução que o debate, até aqui, raramente ofereceu.

Seria incorreto começar sem dizer o que *O Presidente Negro* é, do ponto de vista literário: uma obra menor – e essa avaliação ganha peso quando se considera quem era Monteiro Lobato em 1926. Não era um estreante em busca de reconhecimento. Era, àquela altura, o escritor mais influente do país: o homem que havia criado o mercado editorial brasileiro quase do zero, que lançara *Urupês* em 1918 com um sucesso sem precedentes para um livro de estreia, que criara o Jeca Tatu como símbolo nacional, que publicara Lima Barreto quando nenhum outro editor o aceitava e que havia inventado, na prática, a literatura infantil brasileira com as primeiras histórias do Sítio do Picapau Amarelo. Era também, paradoxalmente, um homem à beira da ruína: a

Companhia Editora Nacional, que ele próprio fundara, havia falido em 1925, e Lobato se encontrava no Rio de Janeiro sobrevivendo como articulista de jornal, sem editora, sem endereço fixo, sem o prestígio institucional que julgava merecer – havia sido derrotado, pela segunda vez, numa candidatura à Academia Brasileira de Letras.

É nesse contexto de glória literária e colapso financeiro simultâneos que *O Presidente Negro* nasce – e esse contraste explica muito de suas fraquezas. Escrito em menos de três semanas, no calor da penúria, lançado em folhetim no jornal carioca *A Manhã* entre setembro e outubro de 1926, o romance surgiu como tábua de salvação, não como projeto estético. O próprio autor o confessou sem cerimônia em carta a Godofredo Rangel, datada de 1.º de junho de 1926, escrita do Rio de Janeiro: “É a salvação, Godofredo, a salvação da Editora e da minha própria pele. Se sair, é a volta por cima” (LOBATO, 1956, v. 2, p. 162).

As marcas dessa urgência são visíveis no texto. A construção narrativa é apressada: os personagens funcionam como porta-vozes de teses, não como seres dotados de vida interior. Os diálogos entre Ayrton e Miss Jane têm o ritmo de um debate de ideias, não de uma ficção trabalhada. A linguagem, embora ágil no estilo lobateano de sempre, carece da elaboração que o autor demonstrava em seus melhores momentos. O dispositivo central do “porviroscópio” – a máquina capaz de ver o futuro – é introduzido e descartado com uma desenvoltura que revela o quanto o enredo era pretexto, não fim. O que interessava a Lobato não era o romance: eram as ideias que o romance deveria veicular. A ficção era, em suas próprias palavras, “um processo indireto de fazer eugenia” (Idem, p. 293).

A salvação financeira não veio. As editoras americanas para as quais o manuscrito foi enviado recusaram-no por considerá-lo ofensivo à “dignidade americana”. O público brasileiro recebeu-o com curiosidade distante. E, no entanto, o livro nunca desapareceu de vez. Repontou, periodicamente, com uma persistência que os

grandes romances brasileiros raramente alcançam – e essa persistência não é estética. É política. É histórica. É, sobretudo, sintomática. Um livro menor que não para de fazer perguntas maiores do que ele mesmo.

O grito de guerra e seus ecos

Em 1926, a literatura brasileira vivia um momento de ebulição. A Semana de Arte Moderna de 1922 ainda reverberava nas páginas da primeira geração modernista, que buscava romper com o academicismo, valorizar a cultura popular e afirmar uma identidade nacional. Nesse mesmo ano, Plínio Salgado lançava *O Estrangeiro* e fundava o movimento Verde-Amarelo, linha nacionalista e conservadora que se opunha ao cosmopolitismo de Mário e Oswald de Andrade. O livro não era uma anomalia isolada num campo intelectual de outro modo iluminado. O que o Modernismo celebrava como renovação cultural convivia, sem grande constrangimento, com uma visão de mundo que classificava, hierarquizava e descartava seres humanos segundo sua origem racial. Ao chamar *O Presidente Negro* de “grito de guerra pró-eugenia” em carta ao médico Renato Kehl, fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo, Lobato não confessava uma obsessão excêntrica: inscrevia-se num campo intelectual vastíssimo, orgulhoso de si e respaldado pelas mais prestigiosas instituições científicas e políticas do país (LOBATO, *apud* DIWAN, 2007, p. 106).

O eugenismo que professava correspondia ao pensamento hegemônico da ciência e da política da Primeira República, partilhado por figuras de todo o espectro do conhecimento e de toda a orientação ideológica. O 1.º Congresso Brasileiro de Eugenia reuniu cerca de duzentos médicos, cientistas, jornalistas e políticos. A Liga Brasileira de Higiene Mental contava entre seus

membros com três ministros de Estado, dois senadores, dois deputados, o prefeito do Distrito Federal e o próprio presidente da República. E a Constituição de 1934 – a mesma que, pela primeira vez na história brasileira, garantia formalmente a educação para todos os cidadãos – inscreveu o eugenismo em seu artigo 138, determinando que incumbia à União, aos Estados e aos Municípios “estimular a educação eugênica”. Não era uma concessão retórica a um grupo excêntrico: era política de Estado, aprovada por uma Assembleia Constituinte que se apresentava ao mundo como fundadora de um regime democrático.

Lobato não nadava contra a corrente. Nadava com ela, e com entusiasmo declarado. O que o distinguia de boa parte de seus pares não era a adesão à ideia, mas a radicalidade com que a abraçava e a exposição sem filtros com que a professava, tanto nas cartas privadas quanto na ficção publicada. Compreender isso não o absolve: situa o problema em seu lugar real, mais amplo, mais perturbador e quase sempre ignorado no debate público. O eugenismo de Lobato não é a história de um escritor excêntrico. É a história de um país inteiro que, por décadas, encontrou na gestão científica das populações uma resposta para as perguntas que a política e a justiça social recusavam enfrentar.

O silêncio de 1945 e suas consequências

O silêncio historiográfico que se instalou após 1945 tem uma história própria, e ela importa. O colapso do nazismo e a revelação progressiva do que havia sido perpetrado nos campos de extermínio tornaram politicamente insustentável, nos países democráticos, qualquer reivindicação aberta das ideias que até então circulavam com respeitabilidade acadêmica e institucional

– inclusive no Brasil. O que se seguiu não foi um processo de revisão crítica, mas um pacto tácito de esquecimento: intelectuais, instituições e governos que haviam abraçado o eugenismo como ciência moderna simplesmente deixaram de mencionar o assunto, como se a derrota de Hitler houvesse apagado retroativamente a adesão de cada um. Nenhum membro da Sociedade Eugênica de São Paulo, da Liga Brasileira de Higiene Mental ou do 1.º Congresso Brasileiro de Eugenia foi chamado a responder publicamente por suas posições. O arquivo foi fechado sem julgamento, sem inventário, sem cerimônia.

É importante, porém, não reduzir o eugenismo brasileiro à sombra do nazismo. O campo era heterogêneo. Havia, dentro dele, posições que se distanciavam do extermínio físico e apostavam em intervenções sanitárias, educacionais e comportamentais – o que os historiadores chamam de eugenismo “suave” ou lamarckiano, centrado na transformação do ambiente e dos hábitos, não na eliminação dos corpos. Essa vertente, dominante entre boa parte dos intelectuais brasileiros, não era menos racista em seus pressupostos, mas operava por outros meios: o incentivo à imigração europeia, a restrição de casamentos inter-raciais, a educação eugênica inscrita no artigo 138 da Constituição de 1934. O que a derrota do nazismo tornou impossível não foi apenas a defesa do extermínio físico: foi a linguagem inteira das raças como fundamento científico da política. E com essa linguagem foi sepultado, sem exame, todo o campo – incluindo suas variantes menos violentas, que haviam moldado décadas de política pública, legislação e pensamento social brasileiro.

As consequências desse apagamento para a compreensão do racismo brasileiro foram profundas e duradouras. É verdade que a crítica literária não abandonou Lobato: ao contrário, produziu, especialmente a partir dos anos 1990, um conjunto sólido e rigoroso de análises que examinou sua obra com crescente atenção às dimensões raciais – de Marisa Lajolo a Lilia Moritz Schwarcz, passando por pesquisadores como Dmitri Cerboncini

Fernandes e Ferretti Junior, entre outros. Esse trabalho foi essencial e não deve ser minimizado. O problema está em outro lugar: a discussão sobre *O Presidente Negro* ficou, em grande medida, circunscrita ao campo dos estudos literários e, mais recentemente, ao debate pedagógico sobre o currículo escolar.

A historiografia, em sentido amplo, raramente a incorporou como janela para compreender o eugenismo como projeto político de Estado. Separado do eugenismo que o estruturava, o debate sobre o racismo de Lobato perdeu sua chave histórica, reduzindo-se com frequência a disputas sobre intenções individuais – o que o autor queria dizer, o que sabia, o que merecia – em vez de enfrentar a questão mais ampla: como foi possível que um país inteiro, suas universidades, seus parlamentos, suas academias e seus jornais, tenha encontrado na gestão científica das populações – pelo sangue, pela escola, pela lei – uma resposta moderna para o problema da nação? Essa pergunta não tem como resposta um nome próprio. Tem como resposta uma época, um sistema de ideias e um silêncio que durou décadas.

O pêndulo e seus dois extremos

A recepção de *O Presidente Negro* ao longo de cem anos oscilou como um pêndulo entre dois polos igualmente empobrecedores. De um lado, a leitura hagiográfica que celebra Lobato como pioneiro, visionário e mártir – perseguido por Vargas, incompreendido pela Academia Brasileira de Letras, ignorado pelas editoras americanas – e que trata o eugenismo do romance como detalhe de época, inevitável e perdoável. Do outro, a leitura condenatória que reduz o autor ao pior de si, como se *O Presidente Negro* esgotasse Lobato, como se o mesmo homem não tivesse publicado Lima Barreto quando nenhum outro editor

o aceitava, criado o Sítio do Picapau Amarelo, lutado pelo petróleo nacional e sido preso por um ditador. Nenhum dos dois polos suporta o confronto com os documentos, e nenhum dos dois permite que o livro seja lido como o que de fato é: um espelho partido de um Brasil que ainda não se olhou inteiro.

A ressurreição mais ruidosa do romance veio de fora e chegou de modo oblíquo. A eleição de Barack Obama, em 2008, motivou o relançamento do livro com ar de elogio ao “futurismo” de Lobato – afinal, ele havia imaginado um presidente negro oito décadas antes que a história tornasse isso realidade. A coincidência produziu um equívoco de escala nacional: leitores encantados com a “profecia” fecharam o volume sem perceber que a narrativa terminava com o extermínio sistemático da população negra americana, apresentado não como distopia apocalíptica a evitar, mas como solução eficiente para o “erro inicial” da miscigenação. Ler *O Presidente Negro* como ato de pioneirismo literário sem perceber o que ele propõe é uma das formas mais perturbadoras de não ler um livro.

Nas polêmicas que se seguiram, especialmente em 2010-2011, quando o Ministério da Educação discutiu a retirada de obras de Lobato do currículo escolar, o racismo do autor foi denunciado com energia – mas o eugenismo, a matriz ideológica que lhe dava coerência e que o conectava a um campo intelectual inteiro, raramente entrou na discussão. Criticou-se o sintoma com vigor; a doença que o produzia continuou sem nome. Falar do racismo de Lobato sem considerar a força do eugenismo como sistema de ideias compartilhado por uma época é como condenar o incêndio sem mencionar quem ateou fogo. É, ao mesmo tempo, uma injustiça com a história e uma armadilha para o presente: sem entender como o eugenismo foi possível e celebrado, não se compreende como ideias semelhantes podem retornar sob outras roupagens.

Dizer que Lobato era racista não basta. O que este livro propõe é uma pergunta mais ampla e mais incômoda: como foi

que um país chegou a encontrar, em suas próprias universidades, parlamentos, academias e jornais – e na letra de sua própria Constituição –, respaldo científico e institucional para a hierarquização das populações segundo a origem racial? E como é que, feita essa pergunta, ainda nos surpreendemos com os herdeiros contemporâneos dessa mesma lógica? O centenário de *O Presidente Negro* é uma ocasião para começar a responder.

Parte II

O choque que não acabou

Jeca não é assim. Está assim.

Monteiro Lobato, *O Problema Vital*, 1918.

A humanidade precisa de uma coisa só: poda. É como a vinha.

Monteiro Lobato, carta a Renato Kehl, 1926.

Nossos dois barquinhos estão hoje cheios de velas novas e arrogantes, atadas ao mastro da nossa petulância. São as nossas ilusões. Que lhes acontecerá?

Monteiro Lobato, carta a Godofredo Rangel, 1904.

De Taubaté o caminho do romance

O ano de 1926 constitui o ápice de uma crise profunda na trajetória de José Bento Monteiro Lobato. Para decifrar o peso desse ano fatídico, é preciso recuar às suas raízes vale-paraibanas. Nascido em Taubaté (SP) em 1882, Lobato cresceu no contraste entre a urbanidade de uma cidade que já pulsava com aproximadamente 35 mil habitantes e o isolamento das fazendas cafeicultoras do Vale do Paraíba (ANDRADE, 2022). Neto do Barão do Tremembé, carregava o DNA da elite agrária, mas sua personalidade era a de um inquieto que flertou com as artes plásticas antes de ser encaminhado para estudar Direito no Largo de São Francisco, em São Paulo, onde ingressou em 1900. Formado em 1904, retornou a Taubaté como advogado, transferiu-se para Areias como promotor público em 1906 e, em 1911, herdou a Fazenda São José do Buquira (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 1997, p. 45-67).

Foi nesse ambiente rural que gestou o Jeca Tatu, personagem que, em sua primeira figuração, representava o caboclo doente e abandonado pelo Estado, cujos males eram atribuídos não a determinismos genéticos, mas à doença, ao descaso governamental e à falta de saneamento (LAJOLO, 1999, p. 55). O pesquisador Osni Lourenço Cruz, em particular no primeiro volume da série *Nas trilhas de Lobato*, em livro intitulado *Entre Serras* (CRUZ, 2019), em que se dedicou ao rastreamento biográfico de Lobato, demonstra como o ambiente do Vale do Paraíba, com suas figuras humanas específicas e sua paisagem em declínio cafeeiro, forneceu a matéria-prima concreta dos tipos lobateanos. Para Cruz, compreender Lobato exige esse mergulho na geografia

afetiva e social que o formou, sem o qual o escritor se torna uma abstração ideológica divorciada de sua historicidade.

Em 1918, após vender a fazenda, Lobato instalou-se em São Paulo, comprou a *Revista do Brasil* e abriu sua primeira casa editorial, a Companhia Editora Nacional. O sucesso inicial não sobreviveu a uma combinação fatal: a crise econômica do pós-guerra e os ecos da Revolução Tenentista de 1924 asfixiaram a editora, cuja falência foi decretada em 1925 (SEVCENKO, 1983, p. 120; BIGNOTTO, 2018, p. 45). O desastre financeiro empurrou Lobato ao Rio de Janeiro, onde sobreviveu como articulista nos principais jornais da então Capital Federal, e foi dessa condição de escritor às margens do colapso que surgiu a ideia de um romance capaz de salvá-lo.

Como observo em *Monteiro Lobato: caminhos e porteiiras* (MEIHY, 2025), Lobato deve ser compreendido como um intelectual para quem a palavra escrita era simultaneamente missão, arma e mercadoria, três dimensões que em 1926 convergiram de modo explosivo. A crise financeira não apenas motivou *O Presidente Negro*; ela também rebaixou os filtros que, em tempos menos urgentes, poderiam ter moderado o tom ou a direção do projeto. A urgência da sobrevivência editorial reforçou as convicções que o campo intelectual do período já havia consolidado.

O folhetim, o projeto e radicalização de 1926

A transição para o Rio favoreceu o uso estratégico do folhetim, prática já consolidada entre os leitores de jornal nas capitais brasileiras. Gênero nascido na França do século XIX, originalmente um empreendimento comercial de Émile Girardin para aumentar a venda dos jornais e cuja técnica teria sido

influenciada pelo sucesso dos melodramas parisienses, o folhetim foi ressignificado na República Brasileira como plataforma de intervenção política e termômetro das frustrações do novo regime. Como observa Sevckenko (1983, p. 70-75), o ideal neorepublicano de modernização encontrou na imprensa periódica um de seus veículos mais eficazes, e a literatura assumiu uma missão explícita de educar e construir a nação.

Monteiro Lobato operou não como replicador passivo desse formato, mas como um de seus reformuladores estratégicos. Sob sua influência, o gênero assumiu papel de laboratório experimental: espaço para testar narrativas, mapear públicos e gestar edições em livro (BIGNOTTO, 2018, p. 180-195). A publicação de *O Presidente Negro* em folhetim, em setembro de 1926, emerge, portanto, de uma crise aguda.

O romance foi publicado em folhetins no jornal carioca *A Manhã*, entre 5 de setembro e 1.º de outubro de 1926, sob o título *O Choque das Raças*. Ainda naquele ano, saiu em livro pela Companhia Editora Nacional com o título completo *O Presidente Negro ou O Choque das Raças*, seu único romance para adultos e um dos primeiros experimentos de ficção científica na literatura brasileira (FERRETTI JUNIOR; WESTPHAL; MEIRA, 2021, p. 214).

A carga ideológica da obra não é uma inferência posterior da crítica: é uma declaração de intenções do próprio autor, registrada em sua correspondência privada. Em carta a Renato Kehl, médico fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) e figura central do movimento eugenista brasileiro, Lobato foi direto:

Renato, tu és o pai da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu Choque, grito de guerra pró-eugenia. Vejo que errei não te pondo lá no frontispício, mas perdoai a este estropeado amigo. [...] Precisamos lançar, vulgarizar estas ideias. A humanidade precisa de uma coisa só: poda. É como a vinha. (LOBATO, Correspondência a

Renato Kehl, São Paulo, [1926 ou 1927], Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC/Fiocruz, *apud* DIWAN, 2007, p. 106)

A trama projeta o ano de 2228, quando a sociedade americana, dividida entre partidos racialmente organizados, elege um presidente negro, Jim Roy, que paradoxalmente viabiliza a “solução final” eugênica: a esterilização em massa da população negra por meio de um produto disfarçado de cosmético. A sociedade futurista americana descrita como utopia modelo havia chegado àquele estágio graças ao fim da imigração, à execução de recém-nascidos com malformações e à esterilização dos chamados “doentes mentais” ou “degenerados”. No decorrer da narrativa, o autor critica explicitamente a miscigenação brasileira:

A nossa solução foi medíocre. Estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu as suas admiráveis qualidades físicas de selvagem e o branco sofreu a inevitável penhora de caráter. (LOBATO, 1926)

Essa passagem articula, no plano da ficção, o que o embranquecimento enquanto política de Estado já vinha operando no Brasil desde o final do século XIX. A República herdara do Império o “problema racial”: como modernizar um país majoritariamente negro e mestiço? A resposta dominante, formulada por médicos, juristas e políticos, foi o branqueamento, a aposta de que, com o incentivo à imigração europeia e a miscigenação orientada, a população brasileira se “clarificaria” em algumas gerações. Era menos uma eugenia de extermínio imediato e mais uma política de apagamento lento. Lobato internalizou e radicalizou essa lógica, tornando-a enredo literário: em *O Presidente Negro*, a lógica do branqueamento gradual é substituída pela liquidação instantânea, e o desfecho do romance não apresenta esse extermínio como distopia a evitar, mas como solução eficiente para o que o narrador chama de “erro inicial” da miscigenação.

A correspondência do autor confirma que a escrita era para ele uma ferramenta deliberada desse projeto. Em carta a Godofredo Rangel, em setembro de 1930, confessou: “É um processo indireto de fazer eugenia, e os processos indiretos, no Brasil, 'work' muito mais eficientemente” (LOBATO, 1956, v. 2, p. 293). A frustração com o mercado norte-americano não moderou suas convicções. Ao ver o romance recusado pelas editoras americanas, desabafou em nova carta a Rangel: “Meu romance não encontra editor. [...] Acham-no ofensivo à dignidade americana, visto admitir que depois de tantos séculos de progresso moral possa este povo, coletivamente, cometer a sangue frio o belo crime que sugeri. Errei vindo cá tão verde. Devia ter vindo no tempo em que eles linchavam os negros” (Ibid.). Esse desabafo, ao lamentar não ter chegado aos Estados Unidos “no tempo em que linchavam os negros”, não é retórica: é a expressão de um projeto político frustrado.

O mesmo projeto se tornaria ainda mais explícito em carta ao sanitarista Arthur Neiva, enviada de Nova York em 10 de abril de 1928:

País de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Kux-Klan é país perdido para altos destinos. [...] Um dia se fará justiça ao Klux Klan; tivéssemos aí uma defesa desta ordem, que mantém o negro no seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca (LOBATO, carta a Arthur Neiva, 10 abr. 1928, Fundo Arthur Neiva/AN 18/06/1921, *apud* LEAL; SILVA, 2022).

Tornada pública em 2011 pela revista *Bravo!*, essa carta demonstra que o eugenismo lobateano não era uma posição teórica abstrata, mas uma orientação política que admirava a violência racial organizada.

Tensões institucionais: a ABL, Vargas e Petróleo

A ousadia ideológica de *O Presidente Negro* coincidiu com tensões institucionais de outra ordem. Em março de 1926, Lobato concorreu a uma vaga na Academia Brasileira de Letras e acabou derrotado, sendo a segunda vez que isso ocorria. Na primeira, em 1921, havia desistido antes da eleição por não querer fazer as visitas de praxe para pedir votos. Na segunda tentativa disputava a cadeira deixada pelo jurista João Luís Alves, obtendo apenas dois votos no quarto escrutínio.

A derrota na ABL não foi um julgamento formal de valor literário, mas o reflexo de um descompasso entre Lobato e o *establishment* cultural da época (LAJOLO, 1999, p. 82): sua postura iconoclasta, sua rejeição às liturgias do mundo letrado e a explosividade de suas posições públicas tornavam-no figura incômoda para a solenidade conservadora da Academia. Passada a derrota, Lobato escreveu ao recém-empossado Washington Luís, defendendo os interesses da indústria editorial brasileira, e o presidente o nomeou Adido Comercial nos Estados Unidos em 1927, inaugurando um período de imersão direta na cultura e na indústria norte-americanas, decisivo para seu pensamento sobre desenvolvimento nacional.

A relação entre Lobato e Vargas é uma das mais tensas e reveladoras da vida intelectual brasileira dos anos 1930 e 1940: uma contradição em movimento, feita de aproximações táticas, ruptura progressiva e confronto final. De início, o escritor não descartou o novo governo, e seus próprios advogados de defesa, em 1941, documentariam que “Monteiro Lobato entretém relações pessoais com o Exmo. dr. Getúlio Vargas desde a época em que S. Excia. exercia o cargo de ministro da Fazenda do governo Washington Luís” (OAB-SP, 1941). O ponto de ruptura definitiva

foi o petróleo. Em 1936, Lobato publicou *O Escândalo do Petróleo*, dossiê com críticas ao governo “por não perfurar e não deixar que se perfure”. Irritado, Vargas proibiu as vendas e determinou a apreensão de todas as edições.

Em 24 de maio de 1940, em plena ditadura do Estado Novo, Lobato escreveu uma carta ao Presidente, verberando a “displícência do sr. Presidente da República, em face da questão do petróleo no Brasil, permitindo que o Conselho Nacional do Petróleo retarde a criação da grande indústria petroleira em nosso país, para servir, única e exclusivamente, os interesses do truste Standard-Royal Dutch” (Idem). Em 20 de março de 1941, Lobato foi recolhido ao presídio Tiradentes, condenado a seis meses pelo Tribunal de Segurança Nacional, enquadrado no decreto-lei n.º 431, de 1938, por crime contra a segurança do Estado. Foi solto em 20 de junho de 1941, após indulto concedido por Vargas. O paradoxo histórico dessa relação é que Vargas chegaria à criação da Petrobrás em 1953. O escritor morreria em 1948, sem ver a conclusão do processo pelo qual padecera com prisão e censura.

Recepção, ambiguidade e o problema metodológico

A recepção imediata de *O Presidente Negro* revelou o abismo entre o projeto do autor e o horizonte de expectativas do público. A obra saiu em livro ao final de 1926 com tiragem de 16 mil exemplares. O leitor carioca, habituado aos folhetins românticos e às crônicas de costumes, recebeu o tema com curiosidade distante: o salto para o futuro e para a geopolítica racial dos Estados Unidos não encontrou o ressoador emocional que a ficção sentimental havia construído nas décadas anteriores. O fracasso

mais doloroso foi externo. Em carta a Godofredo Rangel, de 8 de julho de 1926, Lobato havia descrito o projeto como

[...] um romance americano, isso é, editável nos Estados Unidos [...]. Meio à Wells, com visão do futuro. O clou será o choque da raça negra com a branca, quando a primeira, cujo índice de proliferação é maior, alcançar a raça branca e batê-la nas urnas, elegendo um presidente negro! Acontecem coisas tremendas, mas vence por fim a inteligência do branco. (LOBATO, 1956, v. 2, p. 293-294)

As editoras americanas recusaram o manuscrito por considerá-lo ofensivo à “dignidade americana”, e o cálculo falhou por completo.

Nas décadas seguintes, o romance oscilou entre o silêncio e a releitura seletiva. Durante o Estado Novo e os anos 1950, o debate sobre eugenia foi progressivamente apagado da memória intelectual e da historiografia brasileira, soterrado, em parte, pelo horror do nazismo, que tornara incômoda qualquer reivindicação pública das ideias que Lobato havia defendido abertamente. A obra ficou à sombra dos textos infantis, e a identidade pública do autor cristalizou-se em torno do Sítio do Picapau Amarelo – apagando, no imaginário coletivo, o homem que havia escrito o único romance adulto da sua carreira. As motivações que levaram ao ressurgimento do interesse pelo livro já foram descritas anteriormente: a eleição de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos em 2008, que devolve o romance às prateleiras sob um enquadramento que privilegiava o futurismo de Lobato em detrimento do que o livro de fato propõe.

Mas foi a segunda reativação que revelou o quanto o debate havia migrado do campo literário para o campo político e institucional. Em 2010-2011, o Ministério da Educação discutiu abertamente a pertinência de obras do autor no currículo escolar, questionando se textos com passagens racistas deveriam figurar em programas de leitura obrigatória nas escolas públicas.

O debate polarizou intelectuais, educadores e ativistas do movimento negro: de um lado, os que defendiam a preservação do cânone lobateano com notas contextualizadoras; de outro, os que exigiam a retirada pura e simples. Nenhuma das posições examinava com rigor o eugenismo como sistema de ideias – discutia-se o sintoma, não a doença.

A polêmica não foi resolvida: foi suspensa. E voltou com força renovada em 1.º de janeiro de 2019, quando as obras de Lobato entraram em domínio público. Da noite para o dia, qualquer editora pôde publicar, adaptar, cortar ou reescrever os textos sem autorização dos herdeiros. O mercado respondeu com uma avalanche de edições – e o debate sobre o legado lobateano ganhou uma dimensão inédita: já não se tratava apenas de decidir o que ensinar nas escolas, mas de decidir o que publicar, como publicar e para quem.

A recepção controversa e pendular reflete uma ambiguidade que está no centro da figura intelectual de Lobato e que a crítica, em grande medida, ainda não aprendeu a tratar com precisão metodológica. O primeiro equívoco recorrente é confundir dois registros radicalmente distintos: o Lobato das cartas e o Lobato da ficção. Essa diferença entre o sujeito epistolar e o autor literário é um dado crítico de primeira ordem, e sua negligência tem alimentado tanto leituras defensivas quanto condenações simplificadoras (FERRETTI JUNIOR; WESTPHAL; MEIRA, 2021, p. 218). Leituras que identificam racismo na obra lobateana sem articulá-lo ao quadro mais amplo do eugenismo como projeto científico e político do período cometem um duplo equívoco: isolam o fenômeno de sua causa estrutural e transformam em peculiaridade individual o que era convicção compartilhada por médicos, juristas, educadores e intelectuais de todo o espectro político da Primeira República.

Como demonstra Dmitri Cerboncini Fernandes em análise das leituras produzidas pela controvérsia de 2010-2011, há uma diferença qualitativa fundamental entre tomar a obra e o

pensamento de um autor como objeto sistemático de estudo e abordá-los às pressas por motivações conjunturais – o que ele chama de “leitura de afogadilho”, apressada, parcial e incapaz de distinguir as camadas históricas que compõem o fenômeno (FERNANDES, 2018). O problema não é a denúncia do racismo em Lobato, que os documentos tornam irrefutável: é a denúncia desconectada do eugenismo como sistema de ideias, que empobrece tanto a compreensão do autor quanto a compreensão da própria história do racismo no Brasil.

A carta privada e o texto literário operam sob regimes de enunciação radicalmente diferentes. Na correspondência, o autor fala em primeira pessoa, sem mediação ficcional, num contexto de intimidade que favorece o excesso e a posição não filtrada. A ficção, por sua vez, admite ironia, distância narrativa e encenação de vozes que o autor não necessariamente endossa. No caso de *O Presidente Negro*, contudo, esse apelo à autonomia das vozes ficcionais perde força argumentativa quando o próprio escritor chama o livro de “grito de guerra pró-eugenia” e descreve a escrita como “processo indireto de fazer eugenia”: essas cartas não são documentos neutros, mas tampouco são ficção – são confissões de intenção que colapsam a distância entre o homem e a obra.

Essa ambiguidade atravessa toda a produção lobateana. Na coletânea *Urupês* (1918), a condição do Jeca Tatu não é atribuída a determinismos genéticos, mas à doença e ao abandono do Estado; a solução proposta é higienista e educacional, não racial (LAJOLO, 1999, p. 55-56). *Negrinha* (1920) oferece um retrato incômodo da violência cotidiana contra uma criança negra, denunciando a mentalidade escravocrata persistente três décadas após a abolição. Há ainda um detalhe sintomático: foi Lobato quem publicou Lima Barreto, o mais agudo crítico do racismo de sua época, quando outros editores o recusavam. Em 1916, já reconhecia em carta a Godofredo Rangel o talento do autor:

Conheces Lima Barreto? Li dele, na *Águia*, dois contos, e pelos jornais soube do triunfo do *Policarpo Quaresma*. A julgar pelo que li, este sujeito me é romancista de deitar sombras em todos os seus colegas coevos. (LOBATO, *apud* CAVALHEIRO, 1955)

Em 1919, sua editora publicou *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. O mesmo homem que escrevia cartas elogiosas a Renato Kehl publicava o autor negro que denunciava, com rara clareza, as estruturas racistas da Primeira República. Essa contradição não atenua o eugenismo de Lobato, mas obriga a reconhecer que seu campo ideológico era mais contraditório do que uma leitura linear permite ver.

Modulações, anacronismo e o centenário exigente

A crítica ao “Lobato racista” frequentemente trata seu pensamento como um bloco monolítico e imóvel. Essa leitura é historicamente imprecisa. A tese de José Wellington de Souza (2017) identificou ao menos cinco fases distintas no uso que Lobato fazia das categorias de raça e eugenia ao longo de sua trajetória intelectual: da fase racialista-evolucionista inspirada em Spencer e Darwin à concepção sanitarista-higienista, de inflexão neolamarckiana, após 1918; do “darwinismo social” explícito de *O Presidente Negro* (1926) ao deslocamento final, em 1947, com o personagem Zé Brasil, quando Lobato adota uma resposta não racial, mas econômica ao problema da desigualdade. O orientador da tese, professor Dmitri Cerboncini Fernandes, destaca que a pesquisa “foi uma reconstituição histórica do autor, que mudou suas posições políticas ao longo de sua bibliografia”.

O principal ponto de inflexão foi a experiência nos Estados Unidos, onde residiu de 1927 a 1931. A quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 1929, pôs por terra o modelo americano que Lobato havia tematizado em *O Presidente Negro* como horizonte utópico de uma civilização branca e eficiente. Ao testemunhar o colapso do capitalismo liberal que até então admirava, filas de desempregados, bancos falindo, multidões de trabalhadores de diferentes origens europeias reduzidas à miséria, Lobato começou a perceber que a desigualdade social não se explicava pela composição racial das populações, mas pelas estruturas econômicas que as organizavam.

O contato com o debate político americano dos anos 1930, incluindo as primeiras discussões sobre regulação estatal que desembocariam no *New Deal* de Franklin D. Roosevelt, apresentou a Lobato uma gramática alternativa: não mais a biologia das raças, mas a economia política das classes e a soberania nacional sobre os recursos naturais. Esse deslocamento não neutraliza o eugenismo de 1926, mas impede a cristalização do autor no pior de si: é um deslocamento real, documentado na trajetória das obras, das categorias raciais para as categorias econômicas.

Um centenário é, antes de tudo, um convite ao balanço rigoroso. O balanço honesto de *O Presidente Negro* exige resistir a dois impulsos simétricos e igualmente empobrecedores: o da glorificação acrítica, que celebra Lobato como pioneiro sem discutir as implicações de suas ideias; e o da condenação anacrônica, que o reduz a um rótulo, como se esse rótulo esgotasse a complexidade de uma obra e de um pensamento situado num tempo que não é o nosso.

O anacronismo crítico consiste em julgar o passado com os instrumentos conceituais do presente, sem examinar quais ferramentas estavam disponíveis aos agentes históricos em seu próprio tempo. Em 1926, a sistematização científica do antirracismo moderno ainda estava em construção: Ruth Benedict publicaria *Patterns of Culture* apenas em 1934, e *Race: Science and*

Politics, sua obra mais diretamente antirracista, somente em 1940.

Isso não significa que não havia vozes antirracistas em 1926: havia, e eram corajosas precisamente porque nadavam contra a corrente dominante. W.E.B. Du Bois publicara *The Souls of Black Folk* em 1903, antecipando discussões que a sociologia dominante levaria décadas para formalizar. No Brasil, Lima Barreto denunciava com precisão ferrenha as hierarquias raciais da Primeira República. O argumento do “contexto da época” não pode ser estendido ao ponto de apagar o fato de que havia escolhas disponíveis e que Lobato fez as suas.

A distinção entre eugenismo social, de inflexão lamarckiana, centrado em fatores ambientais e educacionais, e eugenismo duro, de base racista e extermínio físico, é crucial (SCHWARCZ, 1993, p. 240-260). O que Lobato faz no romance é deslizar deliberadamente do primeiro para o segundo: a esterilização em massa descrita com frieza narrativa, a anuência implícita do narrador à “solução eficiente”, a equiparação do genocídio étnico a uma resposta racional. Esses elementos não são apenas reflexo de um *zeitgeist*: são escolhas estilísticas e ideológicas de ênfase que amplificam o que havia de mais violento dentro do campo eugenista disponível.

A questão que o centenário deveria provocar não é simplesmente “Lobato era ou não racista?”, pergunta legítima, mas que o debate público frequentemente converte em duelo de rótulos. A questão mais fecunda é: o que o fato de que Lobato pensava assim, e era amplamente celebrado por isso, nos diz sobre o Brasil de 1926? Quais instituições, quais campos intelectuais, quais silêncios coletivos tornaram esse projeto possível e aceitável? E, em seguida, a questão mais incômoda: o que isso nos ajuda a entender sobre nós mesmos hoje? Como registram Lajolo e Schwarcz (2019, p. 18), as contradições de Lobato não se resolvem com rótulos: elas exigem ser pensadas como reflexo de um Brasil que ainda luta para resolver seus próprios choques históricos.

Considerações finais

Celebrar cem anos de *O Presidente Negro* é um exercício de maturidade historiográfica e crítica. Lobato foi racista em 1926 – isso é categoricamente afirmável a partir da obra e da correspondência. Suas cartas a Renato Kehl, a Arthur Neiva e a Godofredo Rangel não deixam margem a ambiguidade: eram a expressão de um projeto político que admirava a violência racial organizada e via na esterilização eugênica uma solução eficiente para o “problema” da miscigenação. A carga documental disponível torna impossível qualquer leitura que limite o eugenismo lobateano a um artefato da ficção ou a um equívoco de época.

Ao mesmo tempo, como demonstra a análise longitudinal de Souza (2017), a trajetória do autor revela modulações significativas: o determinismo biológico cedeu lugar, após o *crash* de 1929, à análise de classe e à causa nacional. O mesmo Lobato que projetou a esterilização eugênica de toda uma população em sua ficção publicou Lima Barreto, lutou pelo petróleo nacional e reformulou o imaginário das crianças brasileiras com o Sítio do Picapau Amarelo. Suas contradições são, em última análise, as do Brasil de 1926: um país que buscava modernizar-se às custas de quem havia sido historicamente excluído. Compreender Lobato em toda essa complexidade não é absolvê-lo nem o condenar a título póstumo: é uma forma de compreender o país que o produziu, que o celebrou, que o ignorou e que ainda debate, com a mesma intensidade, o que fazer com ele e com o legado que ele representa.

Referências

- ANDRADE, Antônio Carlos de Argólo. *Recordando Monteiro Lobato*. Taubaté: Edição do Autor, 2022.
- AZEVEDO, Carmen Lúcia de; CAMARGOS, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora Senac, 1997.
- BENEDICT, Ruth. *Patterns of Culture*. Boston/Nova York: Houghton Mifflin, 1934.
- _____. *Race: Science and Politics*. Nova York: Viking Press, 1940.
- BIGNOTTO, Cilza. *Desejos de mestre: Monteiro Lobato e a literatura infanto-juvenil*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- CAVALHEIRO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/MEC, 1955. [2. ed. org. Valéria Lamego. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2017.]
- CRUZ, Osni Lourenço. *Na trilha de Lobato: a inquieta juventude*. Taubaté: Semeador de Livros, 2018. [Trilogia, 3 v.: A inquieta juventude (2018); Entre as serras (2020); A última alegria (2022).]
- DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- DU BOIS, W.E.B. *The Souls of Black Folk*. Chicago: A.C. McClurg & Co., 1903. [Ed. brasileira: *As Almas do Povo Negro*. Trad. Alexandre Boide. São Paulo: Veneta, 2021.]
- FERES JÚNIOR, João; NASCIMENTO, Letícia; EISENBERG, José. *Monteiro Lobato e o antirracismo*. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 171-206, 2013.

- FERNANDES, Dmitri Cerboncini. O racismo em Monteiro Lobato, segundo leituras de afogadilho. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 23, n. 44, 2018.
- FERRETTI JUNIOR, Arlindo; WESTPHAL, Euler Renato; MEIRA, Roberta Barros. “Acima da América está o sangue”: a eugenia nos escritos de Monteiro Lobato. *Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 213-235, 2021.
- LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 1999.
- _____.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Reinações de Monteiro Lobato*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- _____.; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. São Paulo: Ática, 1982.
- LEAL, Rhaiane das Graças M.; SILVA, Andre Felipe Candido da. A questão racial na correspondência entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 19, n. 1, jan./jun. 2022.
- LOBATO, Monteiro. *O Presidente Negro ou O Choque das Raças*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.
- _____. *Negrinha*. São Paulo: Globo, 2008 [1920].
- _____. *O Escândalo do Petróleo*. São Paulo: Brasiliense, 1936.
- _____. *Zé Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- _____. *A Barca de Gleyre*. 2 v. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- _____. *Carta a Arthur Neiva*, 10 abr. 1928. Fundo Arthur Neiva, AN 18/06/1921. Apud LEAL; SILVA, 2022.
- _____. *Carta a Getúlio Vargas*, 24 maio 1940. In OAB-SP. *A Prisão de Monteiro Lobato*. São Paulo: OAB-SP, 1941.
- _____. *Carta ao general Horta Barbosa*, jun. 1941. Disponível em: www.monteirolobato.com.

- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Monteiro Lobato: caminhos e porteiros*. São Paulo: Editora Pontocom, 2025.
- NADAF, Yasmin Jamil. *Rodapé das miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OAB-SP. *A Prisão de Monteiro Lobato*. São Paulo: OAB-SP, 1941.
- SANTANA DEZMANN, Marcelo. Vozes em conflito em O Presidente Negro. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 62, 2021.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SMANIOTTO, Edgar Indalécio. *O Presidente Negro: síntese do pensamento racista de Monteiro Lobato*. Geledés, 2018.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- SOUZA, José Wellington de. *Raça e eugenia na Obra Geral de Monteiro Lobato*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5888.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil*. *Revista Brasileira de História*, v. 42, n. 89, 2022.

Parte III
O choque das raças

Uma peça em três atos sobre Monteiro Lobato, *O Presidente Negro* e o Brasil que ainda não acabou.

Nota aos diretores e encenadores

Esta peça é um exercício de memória crítica, não de julgamento moral póstumo. Lobato foi um homem de seu tempo – racista em 1926 – e ao mesmo tempo um intelectual contraditório, capaz de publicar Lima Barreto quando outros o recusavam. A encenação deve honrar essa tensão sem resolvê-la com facilidade.

Recomenda-se o uso de um espaço cênico minimalista, com poucos elementos de cenário que possam transitar entre os três tempos: 1926, 2008 e o presente. A luz e o som são fundamentais para marcar as transições.

Personagens

MONTEIRO LOBATO – Escritor paulista, 44 anos em 1926. Inteligente, irrequieto, contraditório. Veste terno surrado.

GODOFREDO RANGEL – Amigo íntimo de Lobato, aparece por voz e cartas lidas em cena.

MARIA – Mulher negra, empregada doméstica no Rio de Janeiro, 1926. Voz silenciosa que se tornará central.

RENATO KEHL – Médico eugenista, fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo. Seguro de si, científico no tom.

JAMES – Jornalista afro-americano em Nova York, 1927–1930. Representa a voz negra norte-americana do período.

ANA PAULA – Estudante negra brasileira, 2008. Pesquisadora de literatura.

PEDRO – Professor universitário branco, 2008. Especialista em Lobato.

VOZ – Narradora sem corpo. Pode ser encenada como locutor de rádio, ou como sombra projetada.

Espaço cênico

O palco divide-se em três planos temporais que coexistem: à esquerda, uma mesa velha com papel e caneta – Rio de Janeiro, 1926. Ao centro, um globo terrestre inclinado – Nova York, 1927. À direita, duas cadeiras modernas e um laptop fechado – Brasil, 2008 e presente. Uma tela ao fundo projeta palavras-chave, datas e excertos do romance.

Ato I – A Salvação (Rio de Janeiro, 1925–1926)

Quadro 1 – A Falência

Luz amarelada sobre a mesa à esquerda. Lobato senta-se, olha papéis. Ao fundo, soa o barulho de uma cidade do Rio de Janeiro dos anos 1920: bondes, vozes, pregões de jornal. Maria entra, deixa um café e sai sem ser notada.

VOZ São Paulo, 1925. A Companhia Editora Nacional, fundada por Monteiro Lobato, é declarada falida. O homem que havia revolucionado o mercado editorial brasileiro – que havia publicado *Urupês*, que havia inventado o *Jeca Tatu* – estava sem dinheiro, sem editora, sem endereço fixo. Mudou-se para o Rio de Janeiro. Passou a escrever para jornais.

Lobato folheia cartas. Escolhe uma, começa a ler em voz alta como se a estivesse escrevendo.

LOBATO (lendo/ditando) Godofredo, meu velho amigo. Estou no Rio. A editora morreu – você sabe disso. Morreu como morre tudo que ousamos construir neste país sem memória. Estou escrevendo para *A Manhã*, para *O Jornal*, para quem queira pagar. Sou um escritor de aluguel. Mas tenho uma ideia. Uma ideia grande. Maior que o *Jeca*. Maior que tudo que já fiz.

VOZ (como eco) Maior que tudo que já fiz.

Maria recolhe a xícara vazia. Lobato não a vê.

LOBATO O Brasil me fechou as portas. Então vou escrever para os americanos. O mercado americano – aquilo sim é dinheiro de verdade. Estou cismado que dá um dinheirão lá. Que seja milhão ou nada. É a salvação, Godofredo. A salvação da editora falida e da minha própria pele.

Maria para. Ouve. Lobato continua sem percebê-la.

MARIA (para si, quase inaudível) A salvação de quem, seu doutor?

Quadro 2 – O Projeto

Entra Renato Kehl, médico, com pasta e ar de autoridade científica. Cumprimenta Lobato efusivamente. Os dois sentam-se à mesa.

KEHL Lobato! Soube do seu projeto. Dizem que você está escrevendo um romance sobre o futuro. Sobre raça. Conte-me.

LOBATO Imagine: o ano de 2228. Os Estados Unidos divididos em dois partidos – o partido branco e o partido negro. Um homem negro é eleito presidente. Jim Roy. E paradoxalmente – é ele quem viabiliza a solução que a ciência há tanto recomenda.

KEHL (inclinando-se, interessado) A solução... você quer dizer...

LOBATO A esterilização. Não pela força bruta – por um cosmético. Um produto capilar que esteriliza toda a população negra sem que ela saiba. Em duas gerações, o problema resolve-se sozinho.

Silêncio. Maria, ao fundo, parou completamente. Sua mão segura o pano de prato com força.

KEHL (sorrindo) Lobato. Você é o pai literário da eugenia brasileira. A ti devia eu dedicar meu próximo trabalho. A humanidade precisa de uma coisa só: poda. É como a vinha.

LOBATO Poda. Exatamente. E no Brasil – nós fizemos errado. Nossa solução foi medíocre. Estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu suas qualidades físicas e o branco sofreu a inevitável penhora de caráter.

Maria deixa cair a xícara. O barulho quebra a cena. Lobato e Kehl olham para ela. Pausa.

MARIA (com calma, sem raiva aparente) Com licença, doutor. Deixei cair.

LOBATO (já voltando para Kehl) Não tem importância. Pode limpar.

Maria limpa o chão devagar. Olha para o público. A luz sobre ela muda ligeiramente – como se por um instante o palco fosse dela.

MARIA (ao público, muito baixo) Em 2228, dizem que acabamos. (pausa) Mas estamos aqui. Em 1926. Nós ainda estamos aqui.

A luz volta ao normal. Maria sai. Lobato e Kehl continuam a conversa, indiferentes.

Quadro 3 – O Folhetim

Luz de redação de jornal. Lobato está em pé, como se lesse as provas. A Voz anuncia.

VOZ Setembro de 1926. O jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, começa a publicar o folhetim *O Choque das Raças*. Entre 5 de setembro e 1 de outubro, os leitores cariocas acompanham a distopia de Lobato capítulo a capítulo. No mesmo ano, sai o livro: *O Presidente Negro ou O Choque das Raças*. Seu único romance para adultos. Um dos primeiros experimentos de ficção científica no Brasil.

LOBATO (satisfeito, lendo para si) Publicado. Agora falta o mais importante: Nova York. A Macmillan vai publicar em inglês. *The Black President*. Vai ser uma fortuna.

VOZ A Macmillan não publicou.

Lobato abaixa o papel. Longa pausa.

LOBATO (sem entender) Não publicou?

VOZ *The Black President* nunca conquistou o mercado anglófono. O grande sucesso projetado não aconteceu. Lobato ficou olhando para a distância entre o que imaginava e o que encontrou – e nunca entendeu completamente essa distância.

Lobato senta. Olha para as mãos. Entra Maria com um copo d'água. Deixa sobre a mesa. Sai.

LOBATO (sozinho) Por que não entenderam? Era exatamente o que os americanos queriam ouvir. Leis Jim Crow, Ku Klux Klan com quatro milhões de membros,

cotas de imigração racializadas... Eu escrevi para eles. Eu calibrei meu livro para o ambiente deles.

VOZ

Talvez porque mesmo num país com leis Jim Crow, publicar abertamente a apologia do genocídio de uma população inteira era demais. Ou talvez porque a distância entre o que Lobato via e o que realmente existia fosse maior do que ele supunha.

Ato II – O Novo Mundo (Nova York, 1927–1930)

Quadro 1 – O Adido Comercial

O centro do palco ganha vida. O globo terrestre. Lobato está em trajes mais elegantes – é o adido comercial. Entra James, jornalista negro americano, com bloco de notas.

VOZ 1927. O presidente Washington Luís nomeia Monteiro Lobato Adido Comercial do Brasil em Nova York. Lobato chega com a família – e com suas ideias. Mas Nova York vai mudar algumas delas.

JAMES (estendendo a mão) Mr. Lobato. James Walker, do *Amsterdam News*. Posso fazer algumas perguntas sobre literatura brasileira?

LOBATO (cordial, em inglês misturado ao português) Com prazer. Sente-se.

JAMES Soube que o senhor escreveu um romance chamado *O Presidente Negro*. Trata-se de uma eleição de um presidente negro nos Estados Unidos. O senhor acredita que isso poderia acontecer de verdade?

LOBATO (sorrindo com condescendência) No meu romance, o presidente negro é eleito em 2228. Duzentos e dois anos de distância. Tempo suficiente para que a biologia resolva o que a política não consegue.

JAMES (sem sorrir) A “biologia”. O senhor quer dizer...

LOBATO A eugenia. Uma ciência. Não é violência, é ciência. O progresso da humanidade depende de escolhas reprodutivas racionais.

JAMES Meu pai foi linchado no Alabama em 1919, Mr. Lobato. Por homens que também acreditavam estar agindo em nome de uma ideia racional de progresso. (pausa) Com licença.

James sai. Lobato fica parado. Pela primeira vez, parece ligeiramente perturbado.

Quadro 2 – O Crash

Outubro de 1929. Lobato está diante do globo, lendo um jornal. A luz pisca. Sons de sirenes, vozes em pânico, uma bolsa de valores implodindo.

VOZ Outubro de 1929. A Bolsa de Nova York colapsa. O capitalismo liberal que Lobato admirava e celebrava desmorona em questão de dias. Nas ruas, multidões de homens brancos – nórdicos, “superiores” segundo os parâmetros que Lobato havia adotado – fazem fila para pedir comida.

LOBATO (olhando pela janela imaginária) São brancos. Todos brancos. Desempregados. Com fome. A raça superior... (para) A raça superior passa fome igual a qualquer um.

JAMES (reaparecendo, agora sem bloco de notas, apenas como presença) Não é a raça que faz o homem passar fome, Mr. Lobato. É o sistema.

LOBATO (virando-se, surpreso) Você ainda está aqui?

JAMES Sempre estive. É você que não olhava.

Silêncio longo. Lobato olha de novo para a rua imaginária.

LOBATO (devagar) O sindicalismo. Os trabalhadores brancos e negros fazendo greve juntos. Não é a raça... é a classe. É o capital que explora todos. (pausa, como se descobrindo algo) Estou pensando errado há anos.

JAMES (sem triunfo, apenas constata) Pensamento é assim. Lento para mudar. (pausa) O seu romance ainda existe, Mr. Lobato. As palavras que você escreveu em 1926 ainda existem.

LOBATO Eu sei.

JAMES E vão continuar existindo.

LOBATO (em voz baixa) Eu sei.

James sai. Lobato fica sozinho com o globo. A luz vai fechando sobre ele devagar.

Quadro 3 – A Carta de 1928

Luz de escrever cartas. Lobato ao centro, com papel na mão. Ele lê a carta – mas a Voz a narra em paralelo, como um eco perturbador.

LOBATO (lendo) Arthur... País de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Ku Klux Klan é país perdido para altos destinos...

VOZ Carta a Arthur Neiva. 10 de abril de 1928. Nova York. O mesmo ano em que o *crash* ainda não aconteceu, mas o pensamento ainda não mudou.

Maria reaparece ao fundo. Lê a carta por cima do ombro de Lobato. O rosto dela é uma máscara.

VOZ Nas cartas, Lobato era direto. Na ficção, havia vozes em conflito. A diferença entre o homem e o escritor é um dado crítico. Negligenciá-la produz leituras deformadas – nos dois sentidos.

MARIA (ao público) Em 1920, ele escreveu *Negrinha*. Uma menina negra maltratada, sem complacência com o racismo que a vitimizava. Num texto que uma crítica chamou de “um dos mais perturbadores da literatura brasileira da época.” (pausa) O mesmo homem. (pausa) O mesmo homem escreveu as duas coisas.

LOBATO (dobrando a carta, sem ter ouvido Maria) Também fui eu quem publicou Lima Barreto quando todos o recusavam. (pausa, para si) Sou cheio de contradições, Godofredo. Cheio de contradições.

Apagão. Fim do ato II.

Ato III – O choque ainda dura (Brasil, 2008 e o presente)

Quadro 1 – Novembro de 2008

As cadeiras modernas à direita do palco. Ana Paula, 25 anos, e Pedro, 50 anos, assistem a algo numa tela imaginária – uma transmissão ao vivo. A luz é de tela de televisão, fria e branca.

VOZ Novembro de 2008. Barack Obama acaba de ser eleito 44.º presidente dos Estados Unidos. O primeiro presidente negro da história do país. O mundo para para ver.

Sons de festa, discurso de vitória ao fundo – em inglês, incompreensível, mas claramente de celebração. Ana Paula e Pedro estão em silêncio.

ANA PAULA (sem tirar os olhos da tela) Pedro. O Presidente Negro.

PEDRO Eu sei.

ANA PAULA Lobato escreveu isso em 1926. E ressaltou que seria em 2228. (pausa) Com duzentos anos de antecipação.

PEDRO A editora relançou o livro. Com o slogan: “Qualquer semelhança com fatos reais é pura coincidência.”

ANA PAULA (virando-se para ele) Você acha isso engraçado?

PEDRO Acho... complexo. Lobato previu uma eleição de presidente negro, mas para justificar um genocídio. Não era uma utopia. Era uma distopia que ele apresentava como solução.

ANA PAULA A imprensa internacional está comparando. “Brasileiro previu Obama em 1926.” Como se fosse um elogio. Como se a profecia importasse mais do que o que vinha junto com ela.

PEDRO É que as pessoas leram o título e não leram o livro.

ANA PAULA Ou leram o livro e acharam que a “solução” era secundária. Que o importante era a previsão futurista. (pausa) Eu li o livro com doze anos. No colégio. Com o Lobato da literatura infantil na cabeça – Narizinho, Emília, o Sítio. Não sabia o que era eugenia. Não entendia a palavra esterilização. (pausa) Hoje entendo.

Silêncio. A tela se apaga. Voltam às cadeiras, um ao lado do outro.

PEDRO O que você faz com um autor que revolucionou a literatura infantil brasileira, que inventou o mercado editorial moderno no país, que publicou Lima Barreto quando ninguém queria... e que também escreveu a apologia do extermínio de uma população inteira?

ANA PAULA O que fazemos com qualquer coisa difícil: a gente pensa. A gente não resolve com rótulo. A gente não rasga o livro e finge que não existiu.

PEDRO Mas também não celebra sem perguntar.

ANA PAULA Exatamente. A pergunta não é “Lobato era racista?”
A pergunta é: o que significa que ele pensava assim e era celebrado por isso? O que isso nos diz sobre o Brasil de 1926? E sobre nós hoje?

Quadro 2 – O Confronto dos Tempos

Algo extraordinário acontece: todos os personagens entram em cena ao mesmo tempo, de suas diferentes épocas. Lobato com seus papéis de 1926. James com seu bloco de notas de 1928. Maria com seu pano de prato. Ana Paula e Pedro com seus livros modernos. Ficam em posições distintas, mas todos visíveis.

VOZ Cem anos separam *O Presidente Negro* de nós. Mas algumas distâncias são maiores do que parecem. E outras, menores.

LOBATO (para o espaço, não para os outros) Eu escrevi um romance de ficção científica. Projetei um futuro. Estava errado sobre muita coisa. (pausa) Mas estava vivo. Pensando. Mudando.

JAMES (para Lobato, mas também para o público) As mudanças que você fez depois de 1929 não apagam o que você escreveu antes. Ambos são reais. Ambos importam.

MARIA (para todos) Eu não apareço nas histórias que vocês contam sobre esse livro. Mas eu estava lá. Servia o café. Ouvia. E quando a xícara caiu, vocês olharam para mim por um segundo – e depois continuaram como se eu não existisse. (pausa) Isso também é uma história sobre o Brasil.

ANA PAULA (para Maria) Nós ouvimos agora.

- MARIA (com leveza, não com amargura) Demorou.
- PEDRO (para Lobato) O senhor foi um homem do seu tempo. Isso não é elogio. Não é desculpa. É uma constatação. Em 1926, a sistematização do antirracismo moderno ainda não existia. Havia vozes – Lima Barreto aqui, Du Bois nos Estados Unidos. Vozes que nadavam contra a corrente.
- LOBATO (baixo) Eu publiquei Lima Barreto.
- PEDRO (suave) Eu sei. E também escreveu *O Presidente Negro*. Ambos são verdade.
- JAMES A questão não é absolver nem condenar. É entender. E entendendo, não repetir.
- ANA PAULA Ou pelo menos – não fingir que não aconteceu.

Epílogo – O Que Fica

Os outros saem, um a um. Ficam apenas Maria e a Voz. Maria senta-se na cadeira moderna – a cadeira de Ana Paula – como se finalmente pudesse ocupar aquele espaço. Pega um livro. *O Presidente Negro*.

VOZ O mesmo Lobato que projetou a esterilização eugênica de uma população inteira em sua ficção publicou Lima Barreto, lutou pelo petróleo nacional e reformulou a imaginação das crianças brasileiras com o Sítio do Picapau Amarelo. Suas contradições são, em última análise, as do Brasil de 1926 – um país que buscava modernizar-se às custas de quem havia sido historicamente excluído.

VOZ Compreender Lobato em toda essa complexidade é também uma forma de compreender o país que ainda carrega essas tensões.

MARIA (segurando o livro, olhando para o público) Cem anos. Em 1926, eu não existia nas histórias de futuro. Só como ausência, como problema a resolver, como raça a apagar. (pausa, abre o livro) Hoje eu leio esse livro. Hoje eu escrevo sobre esse livro. Hoje eu faço perguntas sobre esse livro. (fecha o livro) Isso mudou. (pausa) Nem tudo mudou. (pausa) Mas isso mudou.

Luz fecha lentamente sobre Maria e o livro. Último apagão.

– FIM –

Nota dramaturgica

Esta peça baseia-se no artigo “Lobato em 1926: O Presidente Negro, a Crise e o Debate Racial”, de José Carlos Sebe Bom Meihy, e nas obras e correspondências de Monteiro Lobato. As falas de Lobato extraídas de cartas históricas são identificadas em notas: a carta a Godofredo Rangel (1.º de junho de 1926), a carta a Renato Kehl (publicada em DIWAN, 2007) e a carta a Arthur Neiva (10 de abril de 1928) são documentos reais. Os diálogos restantes são ficção dramática.

Maria, James e Ana Paula são personagens criados para a peça. Maria representa as mulheres negras trabalhadoras que estavam presentes nos mesmos espaços onde essas ideias eram gestadas – e que a historiografia tradicional raramente nomeia. James representa a voz negra norte-americana que Lobato

efetivamente encontrou nos Estados Unidos, num período de grande mobilização do Harlem Renaissance. Ana Paula representa as gerações de leitores negros brasileiros que redescobriram e reinterpretaram essa obra.

A peça não pretende resolver o debate sobre Lobato. Pretende habitá-lo.

Faça o download gratuito de todos
os títulos da Editora Pontocom em
www.editorapontocom.com.br

Centenário de
O Presidente Negro



1926 - 2026